

# DIÁLOGO ELETRÔNICO



**Cristiene Tenório**

Médica psiquiatra, didata supervisora em psicodrama, diretora do Cosmos - Instituto de Psicodrama de Pernambuco, autora de Saúde Mental na Comunidade.

**Herval G. Flores**

Lingüista, psicopedagogo, psicodramatista, aluno do curso de especialização em Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

# PSICODRAMA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Editor:** É com prazer que inicio esse diálogo com vocês para conversar sobre algo tão absolutamente importante, ou seja, sobre políticas públicas. Como psicodramatistas, interessa-nos como tem sido nossa intervenção em órgãos, instâncias ou, talvez melhor dizendo, naquilo que chamamos genericamente de público. A escolha dos nomes não foi feita de modo aleatório, mas levando em conta a experiência de ambos... É justamente sobre isso a primeira questão: qual é exatamente o trabalho que vocês realizam/realizaram que envolva algum tipo de política no setor público?

**Cristiene:** Se eu for responder de forma direta, diria que não trabalho em lugar nenhum. Deixei meu cargo de gestora pública, no qual atuei como coordenadora do programa de saúde mental na atenção básica durante três anos, há seis meses. E por quê? Porque a gestão pública é como a onda do mar, vai e volta, às vezes deixa marcas, outras vezes passam despercebidas. Estas ondas estão além da nossa vontade, competência ou disponibilidade, atendem a um movimento coletivo e a uma vontade governamental. Infelizmente, o caldo de cultura brasileiro ainda está poluído por vontades individuais e de grupos de interesse que, algumas vezes, promovem mudanças que atendem apenas aos seus interesses pessoais. No entanto e, principalmente por ser psicodramatista, tenho um compromisso ideológico que vai além desta verdade nacional; somos transformadores sociais, estando com o poder público na mão, ou não. Eu deixei a gestão pública certa da possibilidade de favorecer a construção de redes de solidariedade e apoio a uma causa maior: a conquista do direito à cidadania do homem identificado como são, ou não. Hoje, creio que as mudanças precisam começar nos gestores, e por isso tenho trabalhado com oficinas de gestão pública, voltadas para treino e adequação do pa-

pel de gestor público, buscando envolver cidadãos com o poder nesta rede de solidariedade à vida em relação. Já tive várias experiências dirigidas às políticas públicas, trabalhando com portadores de transtorno mental em um serviço ambulatorial, ou seja, de acompanhamento na pós-crise, em que, geralmente, as atenções são voltadas para a medicação, envolvendo técnicos, familiares e usuários, e, assim, podendo criar um “remédio” que promova o resgate da dignidade e identidade dessas pessoas adoecidas. Nessas intervenções, através de oficinas de arte e criação e de encontros com familiares e comunidade, é possível constituir uma associação em defesa do direito dessas pessoas especiais, vivendo junto das suas famílias, apoiadas pelas suas comunidades. Este foi um trabalho que muito me alegrou, ao revelar o potencial de saúde dos usuários e familiares, mas que foi interrompido pelo fluxo governamental voltado para outros interesses. A loucura do outro precisou ser calada, para que as suas, daqueles políticos, não fossem reveladas. Retornei à gestão pública anos depois, agora trabalhando com um programa de governo que articulava profissionais do programa saúde da família aos serviços de média e alta complexidade (ambulatórios e hospitais) aos moradores das comunidades, voltado para inclusão social dos diferentes e defesa do direito à saúde. Este trabalho foi publicado no livro Saúde mental nas comunidades, Editora Fae, 2005.

**Herval:** Vou procurar responder da maneira mais direta e simples possível, mas não consigo deixar de considerar meu papel – digamos – como ator social e como usuário, no que se considerem “políticas públicas”. Tenho realizações em ambos os papéis. Política pública não é serviço apenas do Estado. Nós, psicodramatistas, desconfiamos disso mais do que todo mundo, pela compreensão da amplitude de nossas ações. Cada um de nós contribui para a realização da comunidade. Quando falamos em políticas públicas estamos falando em: oportunidades iguais, falta de oportunidades, uma lógica que aponta para o “todos têm direito a...” ou “é dever do Estado prover”. Não é possível desconsiderar chavões como “não funciona o público nem o privado”, “público é para pobre”, “inclusão social”... Há uma visível interação entre o público e o privado, uma permanente tentativa de intervenção na esfera pública. Isso é o que denominamos política.

Numa reunião do IAGP (International Association of Group Psychotherapy), no fim de junho, participei de uma discussão cujo tema era a avaliação de uma pesquisa para o Congresso de 2008, em Roma. Tratamos do Encontro, no sentido transcultural, a partir de uma prática pensada (práxis) sobre o que fazemos, desejando sempre produzir referências que são os problemas brasileiros. Começamos a avaliar uma pesquisa cujos primeiros dados sinalizavam para o fato de que os psicodramatistas realizavam mais trabalhos socioeducativos ou psicossociais, mais trabalhos temáticos do que psicoterapia! No Curso de Especialização em Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, minha sintonia com o público tornou-se mais reflexiva, no sentido da busca da construção de uma práxis. Estagiamos em e vivenciamos a realidade dos diferentes hospitais

psiquiátricos (Charcot, João Evangelista...), visitamos e discutimos os Caps (Centros de Atendimento Psicossocial), o Programa de Saúde da Família... Participo, sempre que posso, dos Fóruns de Saúde Mental, do NAAN (Núcleo de Ações Antimanicomiais), em que ocorrem diversas campanhas de sensibilização, resultantes do esforço concentrado do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de parcerias com a sociedade civil organizada em cooperação com a sociedade internacional etc.

Atuo na clínica psicopedagógica há quase 30 anos, sempre em contato com famílias de clientes, num trabalho de aconselhamento ou de intervenção socioeducacional na rede, interagindo com escolas de São Paulo, estaduais, municipais e, principalmente, nas da rede privada.

Comecei minha vida profissional aos 19 anos, num projeto dirigido por educadores na periferia. A proposta era integrar o que se fazia na escola com os centros educacionais da prefeitura, como diretor de um pequeno grupo de teatro formado por alunos considerados "inadequados" para o modelo educacional. A APM (Associação de Pais e Mestres) da escola era a responsável por meu contrato de trabalho. Antes disso, quero destacar como ponto de reflexão, atuei em grupos de teatro no colégio, na universidade e na periferia de São Paulo... Para mim todos são ótimos exemplos de realização em políticas públicas.

**Editor:** Meus caros, muito rica a experiência de cada um. Posso prever um diálogo produtivo. Gostaria de poder articular a experiência de vocês com o psicodrama propriamente dito. Começaria querendo saber o que pensam das intervenções de Moreno, ao longo de sua vida, com populações carentes e em instituições. De modo geral, não é consensual o parecer sobre essas atuações: há os que elogiam, há os que criticam. Os últimos pensam haver em, certos momentos, falta de crítica à sociedade mais ampla, uma tendência à adaptação aos pequenos grupos... O que acham?

**Cristiene:** Caro companheiro de idealismo moreniano..., assim nos nomeio para que possamos continuamente refletir sobre este tênue espaço que interliga o ideal ao real, abrindo brechas para a criação. Gosto de poder ser habitante deste território e, melhor ainda, me perceber acompanhada.

Bom amigo Herval, sua resposta ampliou minha visão para além dos "muros governamentais". Não posso deixar de contar sobre minha trajetória política na vida privada. Percebendo com clareza os limites e as possibilidades da carreira pública governamental, tenho me dedicado a dar continuidade ao meu treinamento no papel de atriz-autora no cenário das redes de articulação político-social, através da participação na diretoria executiva da Febrap e na direção executiva do Cosmos – Instituto de Psicodrama de Pernambuco, além de exercitar minha cidadania na comunidade em que moro.

Minha participação na Febrap começou dentro dos Fóruns Gestores, um espaço político importante conquistado por nosso movimento psi-

codramático institucional, no qual psicodramatistas federalizados encontram a oportunidade de exercitar o papel de representante político de um grupo. Para exercer bem esta função, o representante precisa caminhar, passo a passo, da tomada até a criação no papel, favorecendo também de forma recursiva e interativa o processo de organização política estrutural de sua federada. Foi neste *locus* e neste tempo, ano 2004, que me senti convocada a criar e disponibilizar a este grupo, as 40 federadas vinculadas à federação - Febrap, uma ferramenta com a intenção de articular uma rede interna – federação e federadas -, para que viesse a intervir na rede externa – sociedade, serviços de saúde e comunidades -, desenvolvendo um trabalho político-social de articulação e organização das redes de saúde, que foi nomeado Projeto Saúde Solidária. Como desdobramento deste ato criador, a Febrap precisou criar, em seu organograma, uma seção voltada para articulação de projetos sociais, denominada COPS- coordenação de projetos sociais. Durante dois anos, representantes de algumas federadas se reuniram de forma voluntária com este representante da federação, o coordenador, para refletir sobre a proposta, definindo caminhos e ações políticas que viabilizassem a conquista de espaços no mercado de trabalho, onde se desenvolvem projetos sociais. No território de cada federadas a missão de formar pessoas para intervir no social, utilizando o método psicodramático, alunos e psicodramatistas estariam a serviço das demandas de sua cidade-comunidade. Em algumas cidades do Brasil este projeto já foi desenvolvido, e em outras, as ações continuam plantadas, podendo florescer a qualquer momento.

Dando continuidade a minha missão na política pública, estou atualmente responsável pela criação do XVI Congresso Brasileiro de Psicodrama, que se realizará em junho de 2008, na minha terra, Recife, Pernambuco. Não preciso escrever muito para que o leitor identifique que se trata de mais uma ação política do meu papel de psicodramatista. Organizar este congresso, que contém em sua própria estrutura científica, duas atividades abertas voltadas para a comunidade-cidade em que se realiza, é continuar presente no meu papel de cidadã psicodramatista, que não se cansa de atuar na política da *polis*. Estas duas atividades, *Comunidade em cena* e *Universidade em cena*, serão inesquecíveis para as pessoas que a vivenciarem.

Penso que, de forma direta, descrevendo meus propósitos em cada ação, assumo uma posição diante da pergunta.

Creio que o criador do psicodrama não teve tempo nem oportunidade de atuar de forma mais ampla na política pública, que para mim, hoje, é um projeto de atuação em redes, que visa a intervenções que vão pouco a pouco articulando o micro ao macro, o psicoterápico ao socioeducacional, ultrapassando divisões, superando limites, fazendo política.

**Herval:** Brincar com crianças nos jardins de Viena, como resposta-crítica a uma sociedade que endurecia diante de um universo adultocêntrico e familiar insensível à imaginação, à fantasia e à magia; iluminar e humanizar o universo higienista e moralista da saúde pública, ao oferecer

diálogo e psicoterapia às prostitutas que dividiam a sociedade na questão da regulamentação da profissão... Moreno se impunha tarefas heróicas. Não trabalhava para ninguém. Só para a comunidade mais ampla e para Deus, com quem costumava se confundir. Mais velho, pensando em seus feitos passados, ficava espantado com a própria audácia. Ele conseguiu permissão para trabalhar na penitenciária de Sing-Sing, em Nova York. O que, desta vez, estava em questão era a psiquiatria forense com seus velhos estudos das psicopatias e sociopatias, a estrutura anatômica do delinqüente... Dessa vivência com o mundo asilar das populações carcerárias Moreno vai estruturar a psicoterapia de grupo, ao descrever o fluxo emocional subterrâneo que liga atores do grupo num jogo de atração e rejeição, além de explicitar relações inconscientes... Nunca sei direito o que pensar quando o imagino trabalhando com crianças, prostitutas e tentando resolver, por meio do psicodrama, os problemas do mundo. Era um sonhador incurável! Um menino brincando de Deus. São esses os momentos em que me encontro com ele em meu psicodrama. Só que, com a reserva de que Moreno era grande. Seu desamparo era parecido com o meu - regido por algum tipo de sentimento como o medo. Mas as "missões impossíveis" eram por ele resolvidas com uma capacidade articulatória e um caos criador dos gênios humanos. Então me sinto reverente e encorajado.

O pressuposto básico do edifício psicodramático aponta para o *criador* que temos dentro de nós, e a chave para acioná-lo é a *espontaneidade* que ambienta esta zona fluida entre atores jogando papéis em uníssono com personagens e em sintonia com as regras do jogo. Esta *zona* me parece uma expansão integrativa do brincar de Winnicott. O melhor lugar para brincar é aqui - agora. Um brincar que plasma os espaços dramático, grupal e social e que resulta na construção de um tecido de forças e momentos, de grupos em confronto por realidades, interesses, sonhos e afetos... A criação produz sempre uma verdade paradoxal que antecede a transformação do dois em um! Por isso é libertadora. Ela é síntese libertadora! Não favorece ganhadores. Todos ganhamos com ela. Quando Moreno mostrava seu interesse pelas tradições religiosas, pela filosofia hassídica e grega, pela sociologia moderna, era uma só a resposta que ele procurava: não como Marx, tornar a maioria dos homens felizes, mas tornar todos os homens felizes, repartir a responsabilidade pela criação. Uma crença no potencial de cada homem. Era preciso que o psicodrama gestasse Encontros. Como um yogi que desceu das montanhas, Moreno queria ensinar aos homens uma luta sem guerras. Uma luta consigo mesmo e com a dificuldade que cada um de nós tem de ser feliz. Uma luta perfeitamente descrita por Freud no "Mal-estar na civilização".

**Editor:** Parece ser bem amplo o que vem a ser uma política pública, pelo que entendi através das respostas de vocês: vai desde intervenções individuais até grandes programas governamentais nos quais supostamente se gastam muito dinheiro e energia. Seria isso? Isso pode ser no serviço público, como voluntário, na Febrap ou nas nossas instituições de psicodrama, na

escola...? Não é demais abrangente? Podemos tentar definir melhor o que seria uma política pública ou isso é uma tarefa inglória? (*risos*)

**Herval:** É boa a retomada do tema! Acho que essa é uma resposta que vamos construir - eu, você e a Cris - ao longo da conversa. Certas expressões são traiçoeiras e parecem naturais até que tomemos consciência de sua redução, marcada pelo discurso lacunar da ideologia e do quanto isso é paralisante! Daí a idéia de 'tarefa inglória'. Há coisas do contemporâneo que não são atuais, são ultrapassadas. Não escapa de nosso campo de significação, essa simplificação de que políticas públicas é assunto do Estado, que é quem determina diretrizes. Quem pensa assim fala em políticas públicas e participação da sociedade. E é desta forma que a expressão aparece: social, econômica e politicamente. Essa aparência é ocultamento. Assim ficamos identificados e assujeitados à imagem particular de um grupo dominante como fosse universal. Somos diretores, protagonistas ou somos o quê, em políticas públicas? É importante saber qual o conceito de Estado, de quem acredita nessa divisão. O Estado-Providência, o Estado-Pai, Estado-Controle? O Deus medieval deixou os conventos e os púlpitos para baixar no Estado em sua representação moderna, criando o que podemos chamar de políticas teológicas públicas! Depois, políticas racionais públicas... Vou radicalizar: pra mim, políticas públicas é não deixar ninguém na mão, fazer o que é necessário fazer para ir construindo uma rede.

Acabei de ler, na Folha de São Paulo, uma reportagem sobre professor Décio Pignatari, poeta paulista e com oitenta anos de idade, que hoje mora em Curitiba. Dizia que não agüentava mais o trânsito, a poluição e a violência da cidade de São Paulo. Um dia, ao sair de casa, havia três defuntos na calçada. Mataram e jogaram ali. Não agüentava mais conviver com mortes e assaltos nos semáforos. O professor Pignatari foi embora e eu sei bem que não dá para apagar diferenças e contradições!... Ou ir a Curitiba para assistir suas aulas. Diretrizes de políticas públicas? Para mim é atender, cuidar do que é desumano no cuidar: fazer saúde e educação, por exemplo, que não é só especialidade ou desistir e fugir, ir para a lei do salve-se-quem-puder, já que os sujeitos responsáveis nada podem fazer. O discurso competente do especialista e o discurso do conhecimento presumem, por outro lado, a incompetência do outro como sujeito político e social. Dito de outra forma, reduz homens a objetos sociais para depois reavaliá-los para privatizar a competência desses inválidos. É o medo da singularidade ou a febre do ciframento. Acrescentemos os expedientes, os livros de ponto, as manifestações protocolares de apreço, a estabilidade geral do emprego, a hierarquia dos ordenados, a divisão das responsabilidades... Enfim, a burocratização das sociedades contemporâneas e a sua conseqüente idéia de ordenação! Já estamos todos mortos! É o Estado devorando a sociedade civil apoiado por um discurso anônimo, impessoal, fundado na racionalidade. Assim, assistimos a algo que não existe, não é real, não é dá minha conta, é frescura. Como podemos permitir que o Estado se aposses de nossas vidas e nos diga o que é prioridade? O Estado,

cego para a tragédia do nosso cotidiano e do destino do país em função de, sei lá, que compromissos, alianças e submissões? Que sistema é esse que teme os que sofrem da 'angústia da liberdade avançada' e vê como ameaça crianças, adolescentes, despossuídos e criadores? Somos todos responsáveis pelos crimes delegados ao Estado, quando achamos que é dele a responsabilidade.

Platão e Aristóteles são teóricos clássicos de políticas públicas. Estavam preocupados em proteger e garantir a felicidade dos cidadãos e da sociedade. Indagavam-se sobre as forças políticas presentes nos processos decisórios. Sobre as estratégias escolhidas e os resultados que elas trazem para a solução dos problemas específicos. Há uma dimensão institucional (os conteúdos da política, a ordem delineada pelo sistema jurídico, a estrutura do sistema político administrativo) e uma dimensão político-processual (as políticas, o caráter conflituoso no que diz respeito aos conteúdos e às decisões de distribuição, bem como à imposição de objetivos) em nossas ações, que caracterizam a dimensão material da política (a configuração dos programas políticos, problemas técnicos, fins, impactos, resultados...).

**Cristiene:** É, antes de qualquer coisa, bastante pretensiosa a intenção de definir políticas públicas, dada a abrangência e complexidade que envolve a temática, mas já que se trata de uma conversa a ser veiculada numa revista científica e de caráter pedagógico, vamos ousar. Vale salientar que outros pontos de vista acerca do tema em discussão podem ser igualmente aceitos como válidos.

As políticas públicas, na sua compreensão clássica, podem ser definidas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. São também definidas como todas as ações de governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulação de outros agentes socioeconômicos. Segundo Klaus Frey, a análise das políticas públicas no contexto político-administrativo de países em desenvolvimento, como o Brasil, constituído por instituições democráticas frágeis e a coexistência de comportamentos político-administrativos modernos e tradicionais, só tem sido realizada recentemente. Esse estudo tem dado ênfase à análise das estruturas e instituições, focada nos campos específicos de políticas públicas, como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais. Entretanto, o interesse da análise de políticas públicas não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais.

Neste diálogo entre psicodramatistas que se propõem a repensar o conceito de política pública, tomando como referências suas práticas influenciadas pelo construto teórico-metodológico da ciência sicionômica, podemos levantar alguns questionamentos políticos que se referem à análise das forças políticas cruciais que influenciam os processo decisório e as políticas públicas.

O que significa ser cidadão brasileiro e psicodramatista? Como o movimento psicodramático, legalizado pela existência de uma federação que agrega escolas de formação, está influenciando os processos políticos definidores das políticas públicas de cada cidade? Estamos replicando, ampliando ou reduzindo o modelo do criador, J. L. Moreno? Poderia ser o fórum gestor uma instância da Febrap que propicia o treinamento do papel de representante político de um grupo social mais amplo? Ele poderia funcionar como um dispositivo protetor da não reprodução do modelo vigente, excludente e personificado? Seria isso uma possibilidade ou uma ilusão?

O fato é que as políticas públicas se materializam através da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Desta forma, pode ser uma tarefa inglória definir política pública como ação apenas governamental, visto que no Brasil, de instituições democráticas frágeis, somos especialistas no estudo da ciência social que estuda os grupos e suas dinâmicas. Não cabe mais pensar de forma desarticulada a atuação do psicodramatista brasileiro da realidade social em que vive, historicamente estruturada em cima do processo de marginalização e exclusão do potencial produtivo e político de cada cidadão.

**Editor:** Meus caros, pelo que entendi, a questão das políticas públicas pode ser identificada com ações governamentais, mas não só. Ou melhor, dependendo da idéia que se faz de Estado, as políticas públicas podem ser um suplemento da ação (ou da não ação) do Estado. Ações empreendidas por entidades desatreladas de órgãos públicas (as ONGs) podem, na verdade, fazer o que o Estado deveria (deveria?) fazer. Mas, podemos pensar em políticas públicas disruptivas e totalmente alheias a qualquer movimento oficial.

A impressão que tenho como cidadão, no entanto, é que o Estado brasileiro, por exemplo, existe para sua própria manutenção. As tais políticas públicas são algo bizarro... Ou estarei sendo excessivamente radical?

**Cristiene:** Penso que agora chegamos onde o psicodrama mais tem a contribuir com este tema que estamos debatendo, ao compreender política pública como um bem valioso que pertence a todos os cidadãos, estejam eles no governo ou não. E que cabe a estes cidadãos a tarefa de estar conscientemente articulados e articulando-se numa só rede de proteção à vida em sociedade. O sociopsicodramatista precisa, então, tomar para si esta grande missão: trazendo na sua identidade a condição de ser especialista na dinâmica das relações sociais, ele precisa refletir sobre como está sua atuação como cidadão em sua comunidade, como ele poderia se comprometer mais com a mudança da trágica realidade vivida hoje no Brasil. Ele, o socionomista, mais do que qualquer outro cidadão, deve atuar nas diversas dimensões da sua vida de forma integrada, pensando nas redes sociais a que pertence e nas que pode vir a pertencer ou provocar a criação.

O Brasil é o país que tem o maior número de psicodramatistas do mundo; se todos nós assumirmos a co-responsabilidade pela política pública e treinarmos o nosso papel de cidadão, acompanhando o desempenho de cada político em que votamos e do governo vigente, questionando os programas implantados e os prometidos e, principalmente, utilizando o método psicodramático para favorecer o treinamento do papel de cidadão de cada vizinho, amigo, familiar e/ou cliente, uma transformação social irá acontecer.

Não adiante delegar o problema e constatar o desatino dos políticos da atualidade, é preciso se comprometer com a criação do novo mundo. E é este o desafio que o XVI Congresso Brasileiro de Psicodrama se dispôs a enfrentar, provocando os psicodramatistas com a pergunta *Como sobreviveremos?* aos comportamentos violentos que se fazem presentes na relação com a terra, revelados através do fenômeno do aquecimento global; às relações com o Estado, desvendados pelos atos corruptos; às relações com os grupos sociais, vividos na violência urbana e intra-familiar e à relação da pessoa consigo mesma, expressa através de algumas doenças físicas e emocionais, ampliando possibilidades de novas respostas científicas, experimentais e interpessoais.

Assim, mais uma vez, essa abordagem disponibiliza seus métodos, promovendo a vivência da realidade a partir do reconhecimento das diferenças e dos conflitos, facilitando a busca de alternativas para a resolução do que é revelado, expandindo os recursos disponíveis nos grupos, numa ação transformadora que convoca a co-responsabilidade na construção de um bem-viver da nossa espécie no nosso planeta.

**Herval:** O Estado - como o rei foi um dia - tornou-se um peso para cada um de nós. Alguém disse que o país só cresce à noite, quando os políticos dormem. Os políticos?! Eu não penso neles, eles me aparecem! Eu leio e vejo nos jornais e nas revistas, na televisão, eu os ouço no rádio... Eu os presencio nos faróis, na carga tributária, no trânsito, no sentimento cada vez maior de vulnerabilidade, na educação, nos hospitais, nos supermercados... E, traído pela metáfora da nau do Estado, vivencio dramaticamente para onde estamos indo às mãos desses homens. Mas é a mídia quem dá vida e morte aos políticos. Pobres políticos! (é claro, isto deve ser dito com uma certa ironia) Quem dá a cara ao mundo hoje é a mídia, patrocinada por afirmações sem contexto, pela fabricação de idéias e por falsas causalidades, pela ficção inescrupulosa, baixaria, *reality show*, novelas, telejornais... Aí está o novo grande articulista do poder, a grande prostituta do apocalipse, ocupando o lugar da família, do rei, do contrato social, da espontaneidade... O Quarto Poder! Quem decide a minha obediência, o meu comportamento, o meu desejo? A manipulação é uma das mais insidiosas formas de domínio! Dispensa argumentação e legitimação. É o avaliador que entra em sua casa sem que você abra a porta! Ela não tem cara, mas tem técnica de convencimento ou persuasão. Quem forma a opinião, os hábitos e as atitudes? O certo e o errado? A sociedade de públicos com vivências e realidades particulares se trans-

forma em sociedade de massas. Por isso, poderíamos discutir as políticas públicas do psicodrama na sociedade de massas *versus* a sociedade de públicos. É o homem público quem consegue concessões de rádios, televisões, jornais... E passa a ter muitas vantagens com isso. Foi o que Hitler fez na Alemanha. A oratória do Jânio Quadros, o uso que Roosevelt, nos EUA, fez do rádio. Políticos e Quarto Poder como marido e mulher. Hoje o terapeuta psicodramatista consciente das políticas públicas lida com síndromes como o estatismo, o populismo, o nacionalismo xenófobo, o paternalismo, o autoritarismo, a manipulação, os processamentos de barzinho de esquina depois das sessões... (*risos*). No Fórum Mundial, José Saramago dizia que o poder se decide em esferas das quais não participamos. Não gosto muito da idéia... Mas ele está certo.

O psicodrama inventa o Quinto Poder e passa a ocupar lugar mais efetivo nessa construção dos imaginários porque ele põe você em contato com a vida, com o corpo, com os outros, com a natureza...O sonho de Moreno era um palco em cada casa. O psicodrama trabalha a dimensão da experiência em seu caráter indeterminado: você não se descontrola, mas não sabe o que vai acontecer. Você trabalha o risco de não contar com garantias prévias e exteriores, o que nos faz criar (Piaget dizia que a inteligência é aquilo que o homem inventa quando não sabe o que fazer). Criar e tornar perigosa a certeza do saber - esta é uma zona fluida, sempre em discussão e trânsito. Diretores que entram em cena sabendo são burocratas do psicodrama. Tem um monte deles por aí! O psicodrama é experiência vivida e refletida para tirar do senso comum, da ilusão de participar: o fato de ser eleitor, de pagar impostos não nos faz cidadãos. O homem público psicodramatista aceita o risco da criação para construir esse saber e essa rede - que ainda é só um mantra -, fundamentado pela técnica de Moreno numa vivência de realização do atravessamento transversal da cultura, oxigenando conservas, dirigindo cada homem para uma posição pública mais liberta, transformando sintomas em conflitos numa luta permanente contra o mal-estar presente nas síndromes da cultura.

O político é um homem consumido por ações pontuais e com pouco tempo para formulações. Estas ficam mais por conta dos intelectuais. Esta dissociação desaparece no homem público psicodramatista. Compartilhar e processar é pôr a compaixão e a inteligência a serviço da experiência.

O psicodrama tem por vocação ouvir o público para apresentar protagonismos e encenar situações para gerar mais compreensão do que a que temos e ajudar a viver melhor. É preciso organizar a sociedade, transformar as instituições. Ajudar o mundo a lidar com suas emoções. O não dito, o que não se conta, o que não veio à tona porque não é objeto de interesse precisa da presença do psicodramatista. Ainda se fala pouco do problema social que é o mais grave de todos. O grande gerador de violência. Reprimir só atende a interesses imediatistas. Os dados indicam que os crimes por roubo são menos violentos e perfazem 5% do total, ficando 95% para crimes de desarmonia consigo mesmos, motivos fúteis, encrencas de vizinhos... E saúde mental não é prioridade nas práticas de políticas públicas do Estado brasileiro. É perfumaria! Segurança é prioridade. Aí a

presença do psicoterapeuta é fundamental para ajudar a compreender o homem e a vida. Como saúde mental, saúde pública não é prioridade para o Estado. As questões da mulher, a paridade dos gêneros, a reforma psiquiátrica que ainda não chegou às escolas, que continuam a tratar as crianças como asilados... são temas fundamentais em políticas públicas. Há um mundo de poder paralelo compondo o Quinto Poder. A economia solidária, as cooperativas sociais, as organizações não governamentais divulgam seus temas em fóruns de políticas. Uma das tensões presentes nestes acontecimentos é que as estratégias das grandes organizações desconsideram as pequenas organizações que pedem espaço nas discussões mundiais sobre biodiversidade. Como uma resistência à globalização ou como uma denúncia para esta abstração do espaço público, sinal de que estamos pouco atentos para as necessidades locais. O ego ideal *versus* o ideal do ego!

Então a situação depende de cada um, e não do governo. Não podemos esperar tutela, uma solução mágica que venha de cima. Isso só gera preguiça e uma certa covardia. Cada um de nós é responsável pelo processo de mudança. Devemos esperar do governo e articular-nos aos seus programas que se alinhem com soluções básicas, mas é necessária uma postura participativa de cada um na construção desse Quinto Poder.

Políticas públicas servem para todos os segmentos sociais. A criminalidade, a ilegalidade, as desigualdades sociais, a imoralidade (é preciso dizer, nem sempre como perversão mas como resultado da pobreza e da diversidade cultural de um país continente de abandonados a si mesmos, sem a atenção governamental) são recorrentes em todos os segmentos e estão em todos os programas de partidos e candidatos ao governo. Agora, quais são, Cris e Devanir, os temas que não estão presentes em políticas públicas e que merecem todo nosso cuidado? Ou, ainda, por que a criança e o adolescente que hoje são prioridades em políticas públicas do Estado continuam desatendidos, continuam no lugar de objetos?

**Cristiene:** Caro Herval, quero dar continuidade a nosso jogo em forma de debate, respondendo à sua pergunta com outra pergunta (precisamos treinar o papel de políticos, para que possamos assumir nosso compromisso com a nova história). Você pergunta quais os temas que não estão presentes em políticas públicas e que merecem todo nosso cuidado. Isso também pode ser dito assim: que temas não estão sendo abordados pelos programas de governo legalizados e divulgados pela mídia?

Porque nós, psicodramatistas, conhecemos a leitura sociométrica da realidade e sabemos que realidade social é a síntese dinâmica da realidade externa somada à matriz sociométrica ou microscopia social, aquele conjunto de estruturas, de redes psicossociais, canais que veiculam crenças, valores, sentimentos, preconceitos, inclusões e exclusões e que, mesmo negado ou dissociado, se presentifica nos comportamentos sociais que desenharam a realidade. Então, não adianta fazer de conta, como diria minha avó, lá na nossa cidade, Garanhuns, um lugar desconhecido no interior de Pernambuco, hoje terra do presidente, "não adianta tapar o sol com a

peneira". Os temas, conflitos pessoais ou sociais, então acontecendo no aqui agora, sejam reconhecidos ou não. É resgatando uma máxima da medicina, só se reconhece aquilo que se conhece. Então vamos à pergunta: o que você sugere como caminho de ultrapassagem do paradigma da dissociação, expressa também na ilusão de participar, presente em todos nós, seres humanos que fomos, há muito tempo passado?

**Editor:** Cris e Herval, faço uma pequena entrada, fazendo um tanto o papel do leitor/participante dessa conversa. Percebo que sinto uma aflição imensa quando falamos de política e, mais especificamente, de políticas públicas. Explico: é evidente o buraco entre o ideal ("precisamos fazer"... , ou seja, o discurso) e o real (práticas efetivas). A tensão é forte entre estas duas instâncias - o que é e aquilo que deveria ser. Assim, deixo que vocês continuem o diálogo, estimulando ainda mais: o que é possível fazer de efetivo para pensar e repensar as políticas públicas? Trata-se de um trabalho individual e coletivo? Sou eu, no meu consultório, e a Febrap, no âmbito institucional? Em um país com tantas necessidades como o nosso, temo que possamos cair na impotência, em função de tanto por fazer...

**Herval:** Estamos caminhando na direção dos esclarecimentos necessários, querida Cris! Realmente, a mídia não precisa formar, nem informar, nem instruir, nem divertir, nem entreter... Ela precisa simplificar o mundo, editar a realidade, repetir catástrofes, intimidar, estressar, obrigar a discutir o que é para ser discutido e do jeito que ela quer... E lucrar! Mas a mídia é também a profunda opressão de só ter um ponto de vista!... E o Estado - como já discutimos - não consegue acompanhar tantas coisas que impactam a nossa vida e, por isso, acaba excluindo. Minha pergunta não se restringe nem ao Estado nem à mídia. Minha primeira pergunta se coloca mais como um desafio para todos nós. Um desafio de observação e reflexão, de auto-reflexão sobre aquilo que mereceria cuidados, divulgação... Mereceria políticas... Um desafio para as necessidades locais e particulares (no que diz respeito também aos processos de subjetivação), aquilo que não se colocou ainda de forma protagônica nem pelo Estado nem pelas comunidades... Mas que incomoda. A primeira pergunta quer tocar microesferas políticas, tão singulares e por isso tão absolutamente importantes... Ernesto Sábato explica com muita propriedade: *"No coração de um homem bate o coração de todos os homens"*.

A pergunta é exercício de concretização do espaço público e quer discutir, por exemplo, por que não há políticas públicas específicas para as crianças e a população que estão nas ruas. Não há no Brasil, não há em Paris, não há em Washington. Este é um campo de baixa efetividade, um assunto muito malparado... Ou por que a feminilidade, a paridade dos gêneros não é um assunto de políticas públicas, se este é um problema que angustia demais cada um de nós - homens e mulheres? Não pode haver cooperativismo, colaboração enquanto não houver igualdade de gêneros, paridade social de gêneros. Reduzir a diferença entre os gêneros é uma virada para o desenvolvimento, já que 70% da miséria do planeta é

feminina, só 3% das terras produtivas estão nas mãos das mulheres, que são responsáveis por um terço da renda mundial, fora o que não se capitaliza. As necessidades das mulheres - sem visibilidade no espaço público nem o destino em suas mãos - não são consideradas na construção das políticas de governo, nas quais elas aparecem apenas como beneficiárias, embora tenham um protagonismo forte, sejam parte da solução e façam a diferença. Hipertrofiar o aspecto masculino do homem, isto é, a agressividade, a competitividade, o empreendimento, e esquecer seus aspectos femininos, a receptividade, a colaboração, a tolerância (claro que temos todos estes atributos, mas é assim que a cultura os organiza) é também não tratar o aspecto andrógino que a sociedade, a cultura e as políticas possuem. Todos nós temos tratado a igualdade como padronização do comportamento, de imaginários de vida determinados pelo econômico. As questões de gênero, étnicas, religiosas são determinadas pelo econômico, e sabemos que, por trás de cada ação, há sempre uma intenção oculta e desconhecida, um desejo. Políticas públicas para a igualdade tratada para fortalecer, de fato, singularidades, para diminuir em nosso cotidiano a marca da desigualdade, da injustiça, da dominação, da opressão, da exclusão, do racismo, dos preconceitos e de todo mal-estar... Ou a tirania da racionalidade e seus aspectos sombrios, como as psicopatologias. Políticas públicas para conciliar a imaginação e a razão, o pensar e o fazer, o sonhar e o realizar.

A segunda pergunta é mais sobre dialética, estratégias, as não adesões da comunidade às políticas do Governo. Há um tecido de forças que se opõem, que se relacionam e decidem direções. Políticas que se oponham às esmolas geram resistências da Igreja e oposição até do Cardeal! Imagine um assunto tão importante quanto a infância e a adolescência, prioridades nas políticas de governo, centrais no texto constitucional e ainda sofrendo tanto abandono. O não cumprimento das tais propostas oficiais em políticas públicas e a não adesão da população aos programas de governo são geradores de descontinuidade. Os políticos se queixam de que a população não se apropria dos programas. A adesão integral só acontecerá se alguém enxergar! Aí vem o papel do gestor, de se estimular a avaliação local. Não gosto da solução de avaliar e monitorar os programas de governo, porque traz questões ligadas ao instrumento avaliador, além de altos custos: há governos que gastam 40% do orçamento em avaliação. Agora, imagine, não funciona, embora esteja no texto constitucional, e a Educação, no país, seja uma corporação com frágil base de cuidadores! Eu estou nesse dilema entre solução e avaliação... Quem cuida de quem cuida? Existe este descuido com os cuidadores... Eu estou aqui me perguntando sobre a falta de diálogo, sobre nossa cultura judaico-cristã, sobre o desafio de quem se responsabiliza por essa troca de informações, sobre essa interface sem a qual nada funciona! Aí, como num psicodrama - eu protagonizando o meu momento no meu texto, e vem você com um duplo poético e perfeito "a ultrapassagem do paradigma da dissociação!" Pergunta posta em revérbero... "O que você sugere como caminho de ultrapassagem do paradigma da dissociação, expressa também na ilusão

de participar, presente em todos nós, seres humanos há muito tempo passado?” Quanta música para meus ouvidos! E outra pergunta vem do Devanir, editor-público, sobre o buraco - imagem da dissociação - entre o ideal e o real, o individual e o coletivo, a clínica e a instituição...

Políticas públicas não são uma abstração, são uma questão de diálogo, de cultura, de disposição para agir, de articulação... Se disser que o psicodrama é uma atividade política com tendência para o público, por isso uma arma eficiente, estaria fazendo o que Brecht fez com seu teatro na luta contra o nazismo e os totalitarismos, e retirando dele todo seu aspecto poético. O ladrão entra em sua casa armado e você não tem nada para se defender, além de uma escultura de Rodin! O teatro sempre foi o povo cantando livre, criador e destinatário do próprio espetáculo, o canto ditirâmico, em que os sátiros, uma comunidade de atores inconscientes e sem papéis ou posição social, enxergavam uns aos outros transformados. Uma festa da qual todos participavam. Mas a aristocracia estabeleceu divisões: só alguns iriam ao palco e só eles poderiam representar, enquanto todos os outros permaneceriam sentados, receptivos, passivos. Seriam os espectadores, a massa, a servidão, a obediência.... E para a eficiência ideológica dominante, seriam protagonistas só os aristocratas, e os demais seriam o coro. A burguesia transformou esse protagonista: tornou-se um sujeito multidimensional, excepcional... Mas igualmente apartado do povo. Esse sujeito absoluto teorizado por Hegel torna-se objeto para Brecht, um objeto de forças sociais, não mais de valores superestruturais. Por fim, Moreno destrói as barreiras criadas pela classes dominantes - a barreira entre atores e espectadores -, todos devem representar, todos devem protagonizar as necessárias transformações da sociedade. Todos devem se tornar diretores da própria cena. Num lance genial de quem não se contenta com pouca liberdade, destrói a barreira entre o protagonista e o coro, criando o sociodrama, nosso canto ditirâmico, nossa indispensável e lúdica fantasia winicottiana de volta ao sempre renovado seio materno, a sempre renovada realidade do desejo.

Em 2001, Marisa Greeb realizou o Psicodrama da Ética e da Cidadania em cerca de 150 diferentes locais da cidade: creches, albergues, escolas, praças públicas... O evento simultâneo trazia a reflexão de que é impossível ser feliz sozinho. O Centro Cultural São Paulo realiza toda semana, sob a coordenação do A. Cesarino, sessões abertas de psicodrama. Os grupos são formados por desempregados, donas de casa, aposentados, estudantes universitários, profissionais com baixos salários, são pessoas reunidas dramatizando suas vidas, a dor da exclusão social, como Moreno fazia, criando conexão entre os sentimentos individuais, grupais e sociais. O ano de 1970, ainda que mal falado, é um marco para nós em políticas públicas. O psicodrama aparece como alternativa e traz um tensionamento à psicanálise ortodoxa e à psiquiatria, apresenta, em companhia do Hospital do Servidor Público, da antipsiquiatria e da Clínica Enfance, uma grupalidade mais horizontal, oferece novos paradigmas para a psicoterapia, traz rupturas com uma história hegemônica dos asilos, biologia e farmacologia, garantindo bolsões de diferenças e convivência de paradig-

mas, equipamentos de saúde mental e comunidades terapêuticas. É claro que temos problemas. Esse mundo idealizado do qual estamos falando ainda não chegou! As rotinas terapêuticas e a fissura com a produção repetem o sistema, vivemos uma neoliberalização das ONGs, uma permanente tentativa de privatização do público...

A política, Devanir, é a arte de governar, e o político, aquele que atua na vida pública como representante dos vários segmentos sociais. As relações de poder, misturadas a prestígio e dinheiro, sempre envolvem quem manda e quem obedece, uma questão central da filosofia política porque implica condições de liberdade e de quando é legítimo obedecer. Como é possível que milhões obedeçam a um só sem se revoltarem? O que impede a desobediência é a relação de cumplicidade que se estabelece: os cúmplices são favorecidos, beneficiam-se da tirania, por isso defendem as próprias regalias. O contraponto da cumplicidade é a amizade. Uma grande política pública pode começar por aí, por uma sociedade de amigos, de iguais, de homens livres, colaborativos, como no exemplo das cooperativas sociais, da economia solidária que vem junto com os Centros de Atenção Psicossociais, com as lutas antimanicomiais. Os homens nunca viveram isolados. Mas não basta viver em bandos ou grupos: é preciso objetivos comuns, um bem a partir do qual os homens se constituem, uma comunidade política, o que implica também uma investigação do que seja um ideal ético de justiça, de felicidade... Ou os homens se organizam em sociedade ou se destroem mutuamente, fazendo imperar a lei do mais forte, a solidão, a luta de todos contra todos, como afirma Thomas Hobbes. Para ele só podemos reclamar se nossa segurança estiver ameaçada, nossa conservação, em risco. O preço é trocar liberdade por segurança. Quem contraria Hobbes é Espinosa, que sonha uma sociedade política livre, na qual o poder soberano é toda sociedade à qual foi transferido o poder que cada um tem de governar a si mesmo. Rousseau desenvolve a teoria do poder soberano do povo a partir da obra Contrato Social, para responder em que condições é legítimo obedecer, como é possível conjugar liberdade e obediência. Para que as leis estejam acima dos homens, a obediência às leis não pode ser a obediência a um homem ou a um grupo de homens, mas uma obediência a si mesmo, o que só será possível se houver um processo de decisão comum que envolva todos os membros da Comunidade Política. Pelo Contrato, todos os membros da sociedade assumem responsabilidade pelas políticas públicas. Há soberania, e cada membro se transforma num cidadão. John Locke diz que a liberdade decorre de um contrato, que os homens fizeram livremente, e da submissão à lei da maioria. Num contrato há duas partes contratantes que se reduzem a uma só, o povo, que pode ser considerado numa dupla relação - soberano e súdito! Assim, só é possível obedecer a uma lei quando ela é expressão da vontade geral, o que é igual a obedecer a si mesmo. A escravidão é a obediência à vontade do outro.

**Cristiene:** Caro Devanir, resgatando suas perguntas sobre o que é possível fazer de efetivo para repensar as políticas públicas, eu, você e nós,

no consultório e na Febrap como instituição, surge uma nova pergunta: o que há entre nós? O que nos liga e o que nos separa? E se olharmos na direção das políticas públicas, eu na minha casa e o governo como instância de poder maior em nosso país, o que nos une e o que nos separa?

Para não cairmos nesse lugar de impotência, no qual delegamos ao outro o poder e nos afastamos do compromisso de acompanhá-lo de perto, observando e intervindo no que está sendo feito a partir desse poder delegado, é preciso dar os primeiros passos. Acredito que o primeiro passo seja reconhecer e focar a atenção no que nos une, nos aproxima, no que podemos ter em comum. O segundo será procurar alimentar algo entre nós que ainda seja apaixonante, que permita acreditar no que, no momento, possa até parecer impossível, mas que poderá ser co-criado a partir da nossa disposição. E o terceiro, agir nesta direção, juntos, em grupo.

Entre o meu consultório e a Febrap, entre minha casa e as instâncias governamentais, sejam municipal, estadual ou nacional, todos representantes do poder, existe quem mais? O cliente, o aluno, o cidadão, eu, você, enfim, pessoas com seus grupos de relação próximos e distantes, nossas redes psicossociais, nossa cultura e nossas necessidades. Quais os mecanismos que garantem a comunicação entre nós e esses representantes do poder? Eles existem? Estão a nossa disposição? Estamos disponibilizando tempo para fazer uso deles? Você sabe o número do telefone do vereador ou deputado em quem você votou? Conhece o que ele está fazendo agora? O que podemos fazer para conhecer? Você já se permitiu correr o risco de jogar o papel de representante do poder em alguma instância?

O que de menor podemos começar a fazer hoje, em função de melhoria da qualidade, como estamos jogando nosso papel de cidadão? E amanhã, o que podemos acrescentar ao que já fizemos? Em casa, no consultório, no lugar onde moramos, na clínica, na nossa comunidade, na nossa cidade.

Que diferença faria se você criasse e/ou participasse de grupos focados no desenvolvimento do papel de cidadão? Certamente, temos um limite explícito. Cada um de nós só poderá fazer o melhor de si, mas se fizermos juntos terá uma força muito maior.

A importância de estarmos abordando esse tema nessa revista de psicodrama é lembrar a todos nós, psicodramatistas, o nosso compromisso e poder de mobilização de grupos, nos alertando para a necessidade de nos envolvermos cada vez mais com as questões das políticas públicas. Estruturar e disponibilizar projetos e ações transformadoras, oferecendo-os aos órgãos de poder de nossa cidade e da nossa comunidade, procurando os caminhos para que possamos desenvolver nosso trabalho de forma honrada, sempre que possível com honorários também, fornecendo essa tecnologia social, chamada psicodrama, a serviço da responsabilidade social. Buscando a cada momento fazer nossa parte como cidadão, como profissional e como gestor, na construção de uma política pública mais adequada e efetiva.

Não temos certezas, mas não podemos desistir, para continuarmos

honrando a condição de sermos "morenianos".

**Editor:** Caros Herval e Cristiene: foi um grande prazer conversar com vocês e falar de algo tão fundamental e tão pouco levado a sério. Aprendi bastante com vocês, que tão gentilmente se dispuseram a este diálogo. Que nosso leitor possa desfrutar dele.

Um grande abraço de agradecimento a vocês.

Endereços dos dialogadores:  
Cristiene Tenório  
Rua Bartolomeu de Gusmão, 42  
Madalena – Recife – PE  
*E-mail:* cristenorio@uol.com.br

Herval G. Flores  
Rua Pará, 65  
São Paulo – SP  
*E-mail:* hgflores@terra.com.br

